

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Coleção Brasileira*

Class.: _____

Data: *17.02.89*

Pg.: _____

Procurador vai processar Sarney por criar reserva

O subprocurador da República, Carlos Victor Muzzi, pretende processar o presidente José Sarney e os ministros da Justiça, Saulo Ramos; do Interior, João Alves; da Aeronáutica, Moreira Lima e da Saúde, Seigo Tsuzuki, por terem assinado decreto de criação de duas áreas de garimpo dentro da Floresta Nacional de Roraima, descumprindo liminar da Justiça. Saulo, contudo, não parece preocupado com a ameaça. "Ele sabe o que faz, minha parte nesse caso está encerrada. Cabe ao Judiciário decidir".

O ministro explica que só propôs a idéia do assentamento das áreas de Santa Isabel e Catrimani movido pelo ministro da Saúde. "Não tínhamos outra saída, pois a situação de saúde no local é calamitosa", justificou. Os médicos que participam da operação Ianomami receiam que a oncocercoze (tipo de cegueira) e doenças sexualmente transmissíveis possam ser transmitidas pelos garimpeiros nas grandes cidades.

Segundo o secretário executivo do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Ovídio Martins, como foi criado para atender um motivo de força maior — previsto no artigo quarto da Lei 4348, de

1973 — o decreto não se caracteriza como desobediência. "Essa lei contempla as formas pelas quais pode se revogar uma liminar, quando se trata de grave lesão à saúde pública".

O decreto assinado pelo presidente José Sarney não agradou o Sertanista Sidney Possuelo, coordenador de Índios Isolados da Fundação Nacional do Índio. "O genocídio agora está legalizado", protestou o sertanista, "é um absurdo, é sentença de morte dos índios Ianomami", endossou o bispo do Xingu, dom Erwin Krautler, presidente do Conselho Indigenista Missionário. Com os decretos presidenciais publicados ontem no *Diário Oficial da União*, os garimpeiros de Roraima passam a ter três reservas garimpeiras para trabalhar, com 505 mil hectares, sendo a reserva Uracicaa-Santa Rosa fora das áreas indígenas e da Floresta Nacional.

Os decretos estabelecem que a permissão de lavra garimpeira será outorgada às cooperativas de garimpeiro, com observância às normas de defesa do meio ambiente e de direitos sociais dos trabalhadores em garimpo.

Começa retirada de invasores

RUBENS COUTINHO
Correspondente

Porto Velho — O governo de Rondônia, com auxílio da Polícia Federal, Funai, Ibama e Exército, iniciou na manhã de ontem uma grande operação para retirar centenas de garimpeiros, madeireiros, seringueiros e colonos que invadiram a reserva dos índios Uru-eu-uau-uau, localizada dentro do Parque Nacional dos Pacaás-Novos, no Vale do Guaporé, município de Costa Marques, a 756 quilômetros desta capital.

O secretário de Planejamento de Rondônia, José Simão Costi Filho, explicou que a imprensa não terá acesso ao local da operação, por determinação da Polícia Federal, "para que não se repita o episódio que envolveu uma índia Ianomami e jornalistas franceses, em Roraima". O secretário disse que o Exército gravará imagens da operação para posterior divulgação.

José Simão acrescentou que o Governo não sabe muito bem quantas pessoas estão hoje trabalhando na reserva dos Uru-eu-uau-uau, que possui mais de um milhão de hectares e cujo decreto

de demarcação está sendo reestudado por determinação da Presidência da República, o secretário garante que esse reestudo faz parte de "uma grande safadeza" armada por grupos econômicos que têm interesses particulares na área.

Entre esses grupos, José Simão Costi Filho citou o conglomerado de empresas dirigido pelo suplente de deputado federal Moyses Bennesby (PMDB), que foi secretário extraordinário para assuntos internacionais no início da administração do governador Jerônimo Santana.

"Através de um ofício enviado ao presidente Sarney pelo governador Jerônimo Santana e xerocopiado por grupos econômicos, tentou-se interferir na área dos Uru-eu-uau-uau", acusou o secretário, acrescentando que o interesse das empresas está concentrado numa parte da floresta, onde hoje existe o Projeto Burareiro, com várias famílias devidamente assentadas pelo Incra.

O Governo não tem notícias, até o momento, de nenhum confronto violento entre garimpeiros e índios, apesar dos Uru-eu serem bastante arduos e bravos.